



## BROCHIER - RS

---

### Lei nº 1.964/2025

**Categoria:** Leis Ordinárias

**Secretaria:** Administração e Fazenda

**Data de Publicação:** 27 de junho de 2025

#### LEI Nº 1.964, DE 27 DE JUNHO DE 2025.

**Dispõe sobre o Plano de Financiamento do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Efetivos do Município de Brochier.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE BROCHIER**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 61, inciso IV, da Lei Orgânica do Município.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

#### TÍTULO I

#### DO PLANO DE FINANCIAMENTO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

##### CAPÍTULO I

##### DO FINANCIAMENTO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO

**Art. 1º** O Regime de Previdência Social dos Servidores Efetivos do Município de Brochier, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, destinado a assegurar a cobertura dos benefícios de aposentadoria e pensão por morte, será financiado nos termos desta Lei.

##### CAPÍTULO II

##### DAS FONTES DE FINANCIAMENTO

**Art. 2º** São fontes de financiamento do Regime Próprio de Previdência:

**I** - as contribuições do Município;

**II** - as contribuições dos servidores efetivos, dos aposentados e dos pensionistas;

**III** - as doações, as subvenções e os legados;

**IV** - as receitas decorrentes de aplicações das suas disponibilidades financeiras e investimentos



## BROCHIER - RS

---

patrimoniais;

**V** - os valores recebidos a título da compensação financeira de que tratam os §§ 9º e 9º-A do art. 201 da Constituição Federal e a Lei Federal nº 9.796, de 5 de maio de 1999; e

**VI** - as demais dotações previstas no orçamento municipal.

**§ 1º** Os recursos destinados ao Regime Próprio de Previdência serão recolhidos às contas do Fundo de Previdência.

**§ 2º** O Município é responsável pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras do Regime.

### CAPÍTULO III

#### DA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS

**Art. 3º** Quaisquer valores, bens, direitos, ativos e seus rendimentos, inclusive os créditos reconhecidos pelo regime de origem, relativos à compensação financeira de que trata a Lei Federal nº 9.796, de 5 de maio de 1999, vinculados ao Regime Próprio de Previdência, somente poderão ser utilizados:

**I** - para o pagamento das aposentadorias e das pensões previstas em Lei Complementar específica;

**II** - para o financiamento da taxa de administração; e

**III** - para o pagamento da compensação financeira referida no caput.

**Art. 4º** A taxa de administração de que trata o inciso II do art. 3º é de 2% (dois por cento), aplicada sobre o somatório da base de cálculo das contribuições dos servidores efetivos, apurado com base no exercício financeiro anterior.

**Parágrafo único.** Os recursos da taxa de administração de que trata o *caput* observarão as seguintes diretrizes:

**I** - somente podem ser utilizados para o pagamento de despesas correntes e de capital necessárias à organização, à administração e ao funcionamento do Regime Próprio de Previdência;

**II** - deverão ser administrados em contas bancárias e contábeis distintas das destinadas às aposentadorias e às pensões, formando reserva financeira administrativa para as finalidades previstas neste artigo; e

**III** - mantém-se a vinculação das sobras mensais de custeio administrativo e dos rendimentos por elas auferidos, exceto se aprovada, pelo Conselho Municipal de Previdência, na totalidade ou em parte, a sua reversão para o pagamento dos benefícios garantidos pelo Regime.



## BROCHIER - RS

---

### **CAPÍTULO IV**

#### **DAS CONTRIBUIÇÕES**

##### **Seção I**

##### **Das contribuições do Município**

###### **Subseção I**

###### **Da contribuição normal do Município**

**Art. 5º** A contribuição normal do Município é de 14,06% (quatorze inteiros e seis décimos por cento), incidente sobre as bases de cálculo previstas nos incisos I a II do art. 9º.

###### **Subseção II**

###### **Da contribuição Suplementar dos Órgãos e Poderes do Município**

**Art. 6º** Além do custeio normal de que trata o artigo anterior, o Município e demais órgãos e poderes arcarão com aportes mensais, devendo ser revistos a cada Avaliação Atuarial para a consideração de sua permanência ou alteração, na forma da tabela anexada.

**Parágrafo único.** Anualmente, os aportes com valores preestabelecidos no Anexo desta Lei deverão ser corrigidos conforme o índice de correção monetária previsto na Política de Investimento do Regime Próprio de Previdência Social de Brochier.

##### **Seção II**

##### **Das contribuições dos servidores efetivos, dos aposentados e dos pensionistas**

###### **Subseção I**

###### **Da contribuição dos servidores efetivos**

**Art. 7º** A contribuição dos servidores efetivos, considerando o valor da base de contribuição, incidente sobre as bases de cálculo previstas nos incisos I e II do art. 10, é de:

- I** - até 1 (um) salário mínimo, 9%;
- II** - acima de 1 (um) salário mínimo até 2 (dois) salários mínimos, 11%;
- III** - acima de 2 (dois) salários mínimos até 3 (três) salários mínimos, 12%;



## BROCHIER - RS

---

**IV** - acima de 3 (três) salários mínimos até 5 (cinco) salários mínimos, 14%;

**V** - acima de 5 (cinco) salários mínimos até 10 (dez) salários mínimos, 14,5%

**VI** - acima de 10 (dez) salários mínimos até 20 (vinte) salários mínimos, 16,5%;

**VII** - acima de 20 (vinte) salários mínimos até 40 (quarenta) salários mínimos, 19%;

**VIII** - acima de 40 (quarenta) salários mínimos, 22%.

**§ 1º** As alíquotas, nos termos do disposto nos incisos I a VII deste artigo, serão aplicadas de forma progressiva sobre a base de contribuição do servidor ativo, incidindo cada alíquota sobre a faixa de valores compreendida nos respectivos limites.

**§ 2º** As faixas de alíquotas serão vinculadas ao reajuste do salário mínimo, quando este ocorrer.

### Subseção II

#### Da contribuição dos aposentados e dos pensionistas

**Art. 8º** A contribuição dos aposentados, incidente sobre as bases de cálculo previstas nos incisos I e II do art. 11 e dos pensionistas, incidente sobre as bases de cálculo previstas nos incisos I e II do art. 12, é de:

**I** - até 1 (um) salário mínimo, isento;

**II** - acima de 1 (um) salário mínimo até 2 (dois) salários mínimos, 11%;

**III** - acima de 2 (dois) salários mínimos até 3 (três) salários mínimos, 12%;

**IV** - acima de 3 (três) salários mínimos até 5 (cinco) salários mínimos, 14%;

**V** - acima de 5 (cinco) salários mínimos até 10 (dez) salários mínimos, 14,5%

**VI** - acima de 10 (dez) salários mínimos até 20 (vinte) salários mínimos, 16,5%;

**VII** - acima de 20 (vinte) salários mínimos até 40 (quarenta) salários mínimos, 19%;

**VIII** - acima de 40 (quarenta) salários mínimos, 22%.

**§ 1º** A alíquota de contribuição de que trata este artigo, será devida pelos aposentados e pensionistas de qualquer dos Órgãos e Poderes do Município, incluídas suas autarquias e fundações, e incidirá sobre o valor da parcela dos proventos de aposentadoria e de pensões que supere o valor de 1 (um) salário mínimo, hipótese em que será considerada a totalidade do valor do benefício para fins de definição das alíquotas aplicáveis.



## BROCHIER - RS

---

**§ 2º** As faixas de alíquotas serão vinculadas ao reajuste do salário mínimo, quando este ocorrer.

### **Seção III**

#### **Das bases de cálculo das contribuições do Município, dos servidores efetivos, dos aposentados e dos pensionistas**

##### **Subseção I**

###### **Das bases de cálculo das contribuições do Município**

**Art. 9º** Consideram-se bases de cálculo para as contribuições do Município, previstas no art. 5º:

**I** - o total da remuneração de contribuição dos servidores efetivos;

**II** - a gratificação natalina paga aos servidores efetivos.

**Parágrafo único.** A gratificação natalina ou sua parcela será considerada separadamente dos demais valores componentes da base de cálculo para incidência das contribuições.

##### **Subseção II**

###### **Da base de cálculo da contribuição do servidor efetivo**

**Art. 10** Consideram-se bases de cálculo para a contribuição do servidor efetivo, prevista no art. 7º:

**I** - o total da sua remuneração de contribuição; e

**II** - a gratificação natalina que lhe for paga;

**Parágrafo único.** A gratificação natalina ou sua parcela será considerada separadamente dos demais valores componentes da base de cálculo para incidência das contribuições.

##### **Subseção III**

###### **Da base de cálculo da contribuição do aposentado**

**Art. 11** Consideram-se bases de cálculo para a contribuição do aposentado, prevista no art. 8º:

**I** - a parcela dos seus proventos que superar o salário mínimo nacional, conforme valor estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

**II** - a parcela da gratificação natalina que lhe for paga que superar o salário mínimo nacional,



## BROCHIER - RS

---

conforme valor estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

**Parágrafo único.** A gratificação natalina ou sua parcela será considerada separadamente dos demais valores componentes da base de cálculo para incidência das contribuições.

### Subseção IV

#### Da base de cálculo da contribuição do pensionista

**Art. 12** Consideram-se bases de cálculo para a contribuição do pensionista, prevista no art. 8º:

**I** - a parcela dos seus proventos que superar o salário mínimo nacional, conforme valor estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

**II** - a parcela da gratificação natalina que lhe for paga que superar o salário mínimo nacional, conforme valor estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

**§ 1º** A gratificação natalina ou sua parcela será considerada separadamente dos demais valores componentes da base de cálculo para incidência das contribuições.

**§ 2º** A base de cálculo é aferida antes do eventual rateio da pensão.

### Seção IV

#### Do conceito de remuneração de contribuição

**Art. 13** A remuneração de contribuição, para os efeitos do inciso I do art. 9º e do inciso I do art. 10 é composta pelas seguintes parcelas pagas pelo Município aos servidores efetivos segurados do Regime Próprio de Previdência:

**I** - vencimento básico do cargo efetivo;

**II** - adicionais por tempo de serviço;

**III** - as demais já incorporadas ao conjunto remuneratório nos termos de lei municipal ou de decisão judicial;

**IV** - adicionais de classe e nível.

**§ 1º** Mediante opção expressa de cada servidor efetivo poderão ser incluídas, na remuneração de contribuição de que trata o caput, as seguintes parcelas:

**I** - adicionais de insalubridade e periculosidade;



## BROCHIER - RS

---

**II** - adicionais ou gratificações pelo desempenho de atividades especiais;

**III** - valores pagos em razão de convocação para regime suplementar de trabalho;

**IV** - valores pagos pelo desempenho de funções de confiança;

**V** - valores relativos à diferença entre o somatório das parcelas arroladas nos incisos do caput ou o subsídio do cargo efetivo e o vencimento ou o subsídio do cargo em comissão, quando ocupado por servidor efetivo.

**§ 2º** A opção de que trata o § 1º deve ser formalizada por escrito e por iniciativa de cada servidor efetivo, relativamente a cada uma das parcelas especificadas nos seus incisos, e terá validade enquanto perdurar a percepção continuada de cada uma das parcelas ou até a opção pela sua exclusão da remuneração de contribuição, o que poderá ocorrer após transcorridos no mínimo doze competências com incidência de contribuição previdenciária sobre a parcela, a ser também formalizada por escrito e por iniciativa de cada servidor efetivo.

**§ 3º** Tanto a opção pela inclusão como pela exclusão de parcelas da remuneração de contribuição, nos termos dos §§ 1º e 2º, terá efeito na primeira competência seguinte a sua formalização e protocolo junto ao setor municipal competente.

**§ 4º** No caso de descontinuidade da percepção da parcela pela qual tenha o servidor efetivo optado por incluir, os valores pagos na competência da exclusão, mesmo que proporcionais, serão considerados como componentes da remuneração de contribuição.

**§ 5º** Nas hipóteses da exclusão ou da descontinuidade da percepção, poderá haver nova inclusão de parcelas na remuneração de contribuição, para o que deverá ser observado o disposto nos §§ 1º e 2º.

**§ 6º** As parcelas incluídas na remuneração de contribuição, mediante a opção de que trata o § 1º, ficam sujeitas tanto à incidência das alíquotas de contribuição do Município como dos servidores efetivos.

**§ 7º** A remuneração de contribuição do servidor efetivo, nomeado para cargo em comissão, é definida como se em exercício do cargo efetivo estivesse, nos termos do caput salvo no caso do exercício da opção facultada pelo inciso V do § 1º, hipótese em que será somada a diferença ali referida.

**§ 8º** Enquadrando-se na previsão do § 7º servidor titular de dois cargos efetivos acumuláveis, lhe cabe indicar qual destes será considerado para definir o cálculo da diferença em relação ao valor do vencimento ou subsídio do cargo em comissão, que será incluída na remuneração de contribuição de que trata o caput.

**§ 9º** É taxativo o rol dos incisos do caput e dos incisos do § 1º.

**§ 10** Equiparam-se à remuneração de contribuição de que trata o caput, pelo seu valor total relativo a cada competência, os valores percebidos pelo servidor efetivo em razão de afastamento por doença, licença-maternidade e outros previstos no Regime Jurídico dos Servidores, quando remunerados.



## BROCHIER - RS

---

**§ 11** No caso dos servidores efetivos, segurados do Regime Próprio de Previdência, em acúmulo remunerado de cargos, as regras deste artigo aplicam-se a cada um dos vínculos de forma individualizada, observado, quando for o caso, o § 8º.

**§ 12** A remuneração de contribuição dos servidores ativos segurados do Regime Próprio de Previdência fica limitada ao valor estabelecido como limite máximo do salário de benefício do Regime Geral de Previdência Social:

**I** - para os servidores que tenham ingressado no serviço público após a entrada em vigor do Regime de Previdência Complementar; e

**II** - para os servidores que optarem por aderir ao Regime de Previdência Complementar, com direito a coparticipação do Patrocinador.

### Seção V

#### Da responsabilidade pelo custeio e recolhimento das contribuições

**Art. 14** O desconto das contribuições dos servidores efetivos, dos aposentados e dos pensionistas, e o custeio das contribuições do Município, normais e suplementares, são de sua responsabilidade, assim como o recolhimento dos valores respectivos às contas do Fundo de Previdência.

**§ 1º** No caso de servidor efetivo afastado ou licenciado para o exercício do mandato de Vereador no próprio Município, que tenha optado pela remuneração ou subsídio do cargo eletivo, é de responsabilidade do Poder Legislativo o desconto das contribuições do servidor, o custeio das contribuições do Município, assim como o recolhimento dos valores respectivos às contas do Fundo de Previdência.

**§ 2º** Não se aplica a regra do caput nas hipóteses:

**I** - de servidor efetivo cedido sem ônus para o Município;

**II** - de servidor efetivo afastado ou licenciado para o exercício de mandato na União, nos Estados, no Distrito Federal ou em outro Município, que tenha optado pela remuneração ou subsídio do cargo eletivo.

**§ 3º** No caso do inciso I do § 2º, é de responsabilidade do órgão ou entidade cessionário o desconto das contribuições do servidor efetivo, o custeio das contribuições do Município, assim como o recolhimento dos valores respectivos às contas do Fundo de Previdência.

**§ 4º** No caso do inciso II do § 2º, é de responsabilidade do Poder da União, do Estado ou do outro Município, onde ocorre o exercício do mandato eletivo, o desconto das contribuições do servidor efetivo, o custeio das contribuições do Município, assim como o recolhimento dos valores respectivos às contas do Fundo de Previdência.





## BROCHIER - RS

---

**§ 5º** A remuneração de contribuição e as alíquotas a serem consideradas para o cálculo das contribuições referidas nos §§ 1º, 3º e 4º serão definidas como se o servidor efetivo estivesse no exercício do seu cargo na origem, observado o disposto no art. 13.

**§ 6º** Os ajustes, convênios ou congêneres, e os demais atos administrativos que dispuserem acerca das hipóteses do § 1º e dos incisos I e II do § 2º devem conter informações, observadas as diretrizes deste artigo, acerca da responsabilidade pelo custeio, desconto e recolhimento das contribuições, assim como os demais elementos que permitam operacionalizar a medida.

**§ 7º** Cabe à Unidade Gestora do Regime Próprio de Previdência, nas hipóteses do § 1º e dos incisos I e II do § 2º, independentemente de ter sido atendida a previsão do § 6º, informar ao responsável pelo custeio, desconto e recolhimento das contribuições, qual a base de cálculo e as alíquotas a serem consideradas, além de esclarecer quanto aos procedimentos para o depósito nas contas do Fundo de Previdência.

### Seção VI

#### Da ocorrência do fato gerador

**Art. 15** Considera-se ocorrido o fato gerador das contribuições previstas nos arts. 5º a 8º:

**I** - na competência em que forem devidos ou pagos os valores que compõem a remuneração de contribuição, o que ocorrer primeiro;

**II** - na competência em que forem devidos ou pagos os proventos, o que ocorrer primeiro;

**III** - na competência em que forem devidas ou pagas as pensões, o que ocorrer primeiro;

**IV** - na competência em que for devida ou paga a última parcela da gratificação natalina, o que ocorrer primeiro;

**V** - nas competências indicadas nos Anexos I desta Lei em relação aos aportes mensais de que trata art. 6º.

**§ 1º** No caso do gozo de férias, cujos valores irão compor a remuneração de contribuição nos termos do art. 13 desta Lei, considera-se ocorrido o fato gerador na competência a que estas se referirem, mesmo no caso de pagamento antecipado.

**§ 2º** As regras deste artigo ficam excepcionadas no caso:

**I** - do pagamento retroativo de valores em que não seja possível identificar a competência em que devidos, hipótese em que aplicar-se-á a legislação vigente na competência em que for efetuado, tanto para definir sua inclusão na base de cálculo como para definir as alíquotas incidentes; e



## BROCHIER - RS

---

**II** - de determinação diversa constante em decisão judicial.

### **Seção VII**

#### **Do prazo para recolhimento das contribuições**

**Art. 16** As contribuições de que tratam os arts. 5º a 8º deverão ser recolhidas às contas do Fundo de Previdência **até o dia 15 (quinze)** da competência seguinte àquela em que ocorrer o fato gerador, prorrogando-se o vencimento para o dia útil subsequente quando não houver expediente bancário no dia 15 (quinze).

**Parágrafo único.** Nos recolhimentos em atraso das contribuições de que trata o caput os valores:

**I** - serão atualizados de acordo com índice ou fator que corrige os tributos municipais;

**II** - serão acrescidos de multa de mora calculada à taxa de 0,10% ao dia, calculada a partir do primeiro dia subsequente ao do vencimento do prazo previsto para o pagamento da contribuição até o dia em que ocorrer o pagamento, limitado ao percentual de **10% (dez por cento)**; e

**III** - sofrerão incidência de juros de mora de **1% ao mês**.

### **Seção VIII**

#### **Do parcelamento de débitos**

**Art. 17** As contribuições do Município, bem como os encargos legais sobre elas incidentes, não recolhidas à Unidade Gestora nos prazos estabelecidos por esta Lei poderão, depois de apuradas e confessadas, ser objeto de acordo de parcelamento para pagamento em moeda corrente, desde que preservado o equilíbrio financeiro e atuarial do Regime Próprio de Previdência.

**§ 1º** O parcelamento de que trata o caput exige autorização em lei municipal específica, bem como a observância dos critérios e o atendimento dos requisitos estabelecidos nas leis e regulamentos federais aplicáveis.

**§ 2º** A consolidação do montante devido deverá observar os critérios de atualização e de incidência de juros definidos no parágrafo único do art. 16, aplicando-se, a partir da consolidação, para as parcelas vincendas e vencidas, o que for estabelecido na lei referida no § 1º, a qual deverá prever, também, a incidência de multa no caso de recolhimento em atraso de parcelas do parcelamento.

## **CAPÍTULO IV**

### **DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL**

**Art. 18** O Município deverá observar, em relação ao Regime Próprio de Previdência, as normas de



## BROCHIER - RS

---

contabilidade específicas que lhe forem aplicáveis.

### CAPÍTULO V

#### DO REGISTRO INDIVIDUALIZADO DOS BENEFICIÁRIOS

**Art. 19** O Município deverá manter registro individualizado dos beneficiários do Regime Próprio de Previdência, que conterá, no mínimo, as seguintes informações:

**I** - nome e demais dados pessoais;

**II** - matrícula e outros dados funcionais;

**III** - valores mensais das remunerações, subsídios e proventos e das bases de cálculo das contribuições;

**IV** - valores mensais da contribuição dos beneficiários;

**V** - valores mensais da contribuição do Município;

**Parágrafo único.** Aos beneficiários devidamente identificados serão disponibilizadas as informações constantes de seu registro individualizado.

### CAPÍTULO VI

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 20** O conceito de Município, para os efeitos desta Lei, compreende:

**I** - na Administração direta, o Poder Executivo e o Poder Legislativo;

**II** - na administração indireta, as autarquias e as fundações.

**Parágrafo único.** Para efeito da responsabilidade pelo custeio e recolhimento das contribuições, nos termos do *caput* do art. 14, esta recai sobre o Poder, a autarquia ou fundação de origem do servidor.

### CAPÍTULO VII

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 21** Ficam referendadas integralmente, nos termos do inciso II do art. 36 da Emenda Constitucional nº 103, publicada em 13 de novembro de 2019, a alteração promovida pelo seu art. 1º no art. 149 da Constituição Federal e a revogação prevista na alínea “a” do inciso I do seu art. 35.



## BROCHIER - RS

---

**Art. 22** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações próprias consignadas no Orçamento vigente.

**Art. 23** Esta lei entra em vigor:

**I** - em relação ao disposto nos arts. 5º ao 8º, no primeiro dia do mês seguinte ao nonagésimo dia posterior à sua publicação;

**II** - em relação aos demais dispositivos, na data da sua publicação.

**Parágrafo único.** Até a entrada em vigor dos arts. 5º ao 8º desta Lei será observado o que está disposto nas Leis Municipais até então vigentes:

**I** - em relação às alíquotas e às bases de cálculo da contribuição normal do Município;

**II** - em relação ao plano de amortização por aportes para equacionamento do déficit atuarial;

**III** - em relação às alíquotas e às bases de cálculo das contribuições dos servidores ativos, dos aposentados e dos pensionistas.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BROCHIER, 27 DE JUNHO DE 2025.**

**JOSE HENRIQUE DAPPER**

**Prefeito Municipal**

***Registre-se, e Publique-se:***

***Data Supra.***

**ANÉSIO SILVIO SCHERER**

**Secretário Municipal Administração e Fazenda**

**Art. 6º - ANEXO I**

**QUADRO DA PREFEITURA - PLANO DE AMORTIZAÇÃO POR APORTES PARA EQUACIONAMENTO DO DÉFICT TÉCNICOATUARIAL**

---

**Prefeitura Municipal de Brochier/RS**

Rua Guilherme Hartmann, 260 - Centro, Atendimento: Segunda-feira a Sexta-feira: 8:00 às 12:00 e 13:30 às 17:30



## BROCHIER - RS

Ano	Aporte Anual (R\$)	Alíquotas (%)	Base de Cálculo (R\$)	Saldo Inicial (R\$)	(-) Pagamento (R\$)	Juros (R\$)	Saldo Final (R\$)
2024	1.413.520,56	-	5.561.071,67	33.140.370,52	1.413.520,56	1.663.646,60	33.390.496,56
2025	856.544,06	15,25%	5.616.682,38	33.390.496,56	1.713.088,13	1.676.202,93	33.353.611,36
2026	944.529,39	16,65%	5.672.849,21	33.353.611,36	1.889.058,79	1.674.351,29	33.138.903,87
2027	1.002.034,22	17,49%	5.729.577,70	33.138.903,87	2.004.068,44	1.663.572,97	32.798.408,40
2028	1.012.054,56	17,49%	5.786.873,48	32.798.408,40	2.024.109,12	1.646.480,10	32.420.779,38
2029	1.022.175,11	17,49%	5.844.742,21	32.420.779,38	2.044.350,21	1.627.523,12	32.003.952,29
2030	1.032.396,86	17,49%	5.903.189,63	32.003.952,29	2.064.793,72	1.606.598,41	31.545.756,98
2031	1.042.720,83	17,49%	5.962.221,53	31.545.756,98	2.085.441,65	1.583.597,00	31.043.912,33
2032	1.053.148,03	17,49%	6.021.843,74	31.043.912,33	2.106.296,07	1.558.404,40	30.496.020,66
2033	1.063.679,51	17,49%	6.082.062,18	30.496.020,66	2.127.359,03	1.530.900,24	29.899.561,87
2034	1.074.316,31	17,49%	6.142.882,80	29.899.561,87	2.148.632,62	1.500.958,01	29.251.887,26
2035	1.085.059,47	17,49%	6.204.311,63	29.251.887,26	2.170.118,95	1.468.444,74	28.550.213,05
2036	1.095.910,07	17,49%	6.266.354,75	28.550.213,05	2.191.820,14	1.433.220,70	27.791.613,61
2037	1.106.869,17	17,49%	6.329.018,29	27.791.613,61	2.213.738,34	1.395.139,00	26.973.014,28
2038	1.117.937,86	17,49%	6.392.308,48	26.973.014,28	2.235.875,72	1.354.045,32	26.091.183,87
2039	1.129.117,24	17,49%	6.456.231,56	26.091.183,87	2.258.234,48	1.309.777,43	25.142.726,83
2040	1.140.408,41	17,49%	6.520.793,88	25.142.726,83	2.280.816,82	1.262.164,89	24.124.074,89
2041	1.151.812,50	17,49%	6.586.001,82	24.124.074,89	2.303.624,99	1.211.028,56	23.031.478,46
2042	1.163.330,62	17,49%	6.651.861,83	23.031.478,46	2.326.661,24	1.156.180,22	21.860.997,44
2043	1.174.963,93	17,49%	6.718.380,45	21.860.997,44	2.349.927,85	1.097.422,07	20.608.491,66
2044	1.186.713,57	17,49%	6.785.564,26	20.608.491,66	2.373.427,13	1.034.546,28	19.269.610,81
2045	1.198.580,70	17,49%	6.853.419,90	19.269.610,81	2.397.161,40	967.334,46	17.839.783,87
2046	1.210.566,51	17,49%	6.921.954,10	17.839.783,87	2.421.133,02	895.557,15	16.314.208,00
2047	1.222.672,17	17,49%	6.991.173,64	16.314.208,00	2.445.344,35	818.973,24	14.687.836,90
2048	1.234.898,90	17,49%	7.061.085,38	14.687.836,90	2.469.797,79	737.329,41	12.955.368,52
2049	1.247.247,88	17,49%	7.131.696,23	12.955.368,52	2.494.495,77	650.359,50	11.111.232,25
2050	1.259.720,36	17,49%	7.203.013,19	11.111.232,25	2.519.440,73	557.783,86	9.149.575,39
2051	1.272.317,57	17,49%	7.275.043,32	9.149.575,39	2.544.635,13	459.308,68	7.064.248,94
2052	1.285.040,74	17,49%	7.347.793,76	7.064.248,94	2.570.081,48	354.625,30	4.848.792,75
2053	1.297.891,15	17,49%	7.421.271,70	4.848.792,75	2.595.782,30	243.409,40	2.496.419,85
2054	1.310.870,06	17,49%	7.495.484,41	2.496.419,85	2.621.740,12	125.320,28	0,00



## BROCHIER - RS

---

### **Anexos**

<http://brochier.rs.gov.br/uploads/legislacao/6079/hYIAy6MPsNSw6aFD7hYGb0ughwCsHio-.pdf>